

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0014948-78.2012.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Luis Paulo Marques Matos**

**VISTOS.**

LUIS PAULO MARQUES MATOS, qualificado a fls.48, foi denunciado como incurso no art.155, “caput”, do Código Penal, porque em 23.4.2012, por volta de 17h22, no cruzamento Rua São Paulo com a Rua Belarmino Indalécio Souza, Vila Monteiro, em São Carlos, subtraiu, para si, um aparelho celular, modelo Samsung Corby, pertencente à vítima Yasmin Cesar, avaliado em R\$300,00 (auto de avaliação a fls.8).

Consta que a vítima caminhava pelo local dos fatos quando o denunciado se aproximou e pediu para que ela fizesse uma ligação. No momento em que a vítima foi realizar a ligação, o denunciado tomou-lhe o aparelho evadiu-se usando uma motocicleta.

Recebida a denúncia (fls.82), sobrevieram citação e resposta escrita, sem absolvição sumária (fls.108).

Em instrução foram ouvidas uma testemunha de acusação (fls.126) e a vítima, por precatória (fls.141).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O réu tornou-se revel (fls. 153).

Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação nos termos da denúncia, observando a reincidência e a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos; a defesa pediu a absolvição por insuficiência de provas e, em caso de condenação, pena mínima, regime semiaberto, benefícios legais e o direito de apelar em liberdade.

É o relatório.

**D E C I D O.**

A vítima, em mídia (fls.141), confirmou ter sido abordada pelo réu, que lhe pediu para fazer uma ligação; ao ser atendido, o réu tomou-lhe o telefone e fugiu com a motocicleta em que estava.

Tendo chamado a polícia, disse ter reconhecido o réu por fotografia; uma semana depois disse ter visto o eu de bicicleta na rua, tendo novamente chamado a polícia, que não o conseguiu deter.

O celular não foi recuperado e o reconhecimento fotográfico foi realizado a fls.6.

O policial Claudemir (fls.126) esclareceu que o réu vinha praticando infrações semelhantes e isso facilitou a descoberta dele; confirmou o reconhecimento fotográfico realizado pela vítima.

Nessas circunstâncias, a prova é suficiente para a condenação, estando suficientemente provadas autoria e materialidade do


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

crime (destaca-se que a vítima, além da fotografia, viu também o réu pessoalmente alguns dias depois do crime, andando de bicicleta pela rua, sendo seguro o reconhecimento feito por ela, bem como sendo a conduta do réu compatível com o conhecimento da polícia sobre outros delitos praticados por ele).

Considerando a data deste crime (23.4.12) e o trânsito em julgado das condenações de fls.80, o réu é reincidente não específico, por conta da execução nº01, também certificada a fls.72/73.

Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a ação e condeno Luis Paulo Marques Matos como incurso no art.155, "caput", c.c. art.61, I, do Código Penal.

Passo a dosar a pena.

Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, fixo-lhe a pena no mínimo legal de um ano de reclusão e dez dias-multa, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária.

Pela reincidência, elevo a sanção em 1/6, perfazendo a pena definitiva de 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão, mais 11 (onze) dias-multa, no mínimo legal.

Também pela reincidência, a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, nos termos do art.33, e parágrafos, do CP, considerando proporcional, necessário e suficiente para a reprovação e prevenção contra a prática de novas infrações.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Presentes os requisitos legais, pois a reincidência não é específica e a medida é socialmente recomendável, substituo a pena privativa de liberdade por: a) uma de prestação pecuniária, no valor de 01 (um) salário mínimo, em favor da vítima e b) uma de multa, ora fixada em 10 (dez) dias-multa, calculados cada um na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária.

O réu poderá apelar em liberdade.

Sem custas, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

P.R.I.C.

São Carlos, 20 de agosto de 2015

André Luiz de Macedo  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**